

# A Convenção da HCCH de 1980 sobre a Subtração Internacional de Crianças

CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista Permanente  
sobre Migrações Internacionais e  
Refugiados

Outubro 2023





# A Convenção da HCCH de 1980

País A: Residência habitual



Qualquer consideração  
em relação à vida da  
criança, inclusive a  
**guarda**

País B



Se a criança deve  
retornar ou não



# Exceções

1. Art. 13 (1) (a): Não **exercício efetivo** do direito de custódia na época da situação ou **consentimento ou concordância posterior** com a transferência ou retenção
2. Art. 13 (1) b): **Risco grave** de a criança, no seu regresso, ficar sujeita a perigos de ordem física ou psíquica, ou de, qualquer outro modo, a ficar em uma situação intolerável
3. Art. 13 (2): **Oposição** de uma criança considerada **suficientemente madura** pela autoridade competente
4. Art. 20: Violação aos princípios fundamentais do Estado requerido relativos à proteção dos **direitos humanos**
5. Art. 12 (2): **Integração** da criança ao novo ambiente, quando o pedido de retorno for submetido **após um ano** contado da data da subtração



# Três reflexões básicas

1. Achamos que o artigo Art. 13 (1) (b) não leva em consideração o **risco grave** da criança no seu regresso: a Justiça brasileira desconsidera argumentos e provas consistentes de violência doméstica contra mães e crianças
2. Após 40 anos, o texto do tratado nunca nomeou violência doméstica como exceção à regra do retorno, e também **não foi alterado para acomodar a evolução sobre o entendimento do tema nas últimas décadas**
3. A reserva de gratuidade da representação da AGU implica em duas desproporcionalidades de tratamento entre 'left behind parents' e 'taking parents'. A AGU não faz qualquer reserva de renda para a representação, diferentemente dos critérios de aceitação impostas pela Defensoria Pública da União (DPU): **dois pesos e duas medidas para os critérios de gratuidade de justiça**
4. **Precária interpretação da exceção do artigo 20:** desconsideração do que acontece antes da ida para o Brasil e do retorno para o país requerente



# Mas o que se passa antes e depois?

País A: No país de  
Residência habitual



País B



País A: retorno ao país  
requerente



Tentativas de conciliação,  
reconhecimento de  
violência doméstica,  
pedidos de relocação e  
uma resolução  
equilibrada para o melhor  
interesse do menor



Brasil decide que  
a criança deve  
retornar ao país  
do pedido

Criminalização do  
sequestro com penas  
pecuniárias e de privação  
de liberdade, afastamento  
de seus filhos, acesso à  
justiça precário e  
estigmatização da mãe  
migrante



**Ser amparada como vítima pelas  
redes mais próximas**

**Abuso invalidado pela polícia, autoridades locais  
e órgãos de assistência à infância  
no país requerente**

**Sentenças brandas & invalidando a  
violência doméstica**



**Conseguir documentar os abusos:  
físico, financeiro....mental?**

**Esteriótipos e critérios pré-estabelecidos  
por protocolos policiais**

**Acompanhamento jurídico presente  
para não se ter o caso arquivado:  
Reverso da prova não aplicado**



# Como o judiciário lê a brasileira no exterior?

**“Exijo cancelamento do passaporte brasileiro, não quero familiar com nacionalidade fraca”**

**Contestação do pai ao pedido da mãe brasileira pedindo autorização para relocação ao Brasil**

**Holanda  
Junho 2019**

**Um único tapa na cara não é considerado como violência física**

**Estar em um abrigo para vítima de violência doméstica é um risco para a criança**

**Decisão do juiz para tutela antecipada em caso de relocação para o Brasil**

**Bélgica  
Abril 2020**

**“A brasilianidade da mãe é um obstáculo ao exercício responsável da maternidade!”**

**Laudo social do Conselho Tutelar de uma mãe que denunciou violência sexual contra a filha de 4 anos**

**Alemanha  
Março 2023**





# Fenômeno do 'Justice gap'

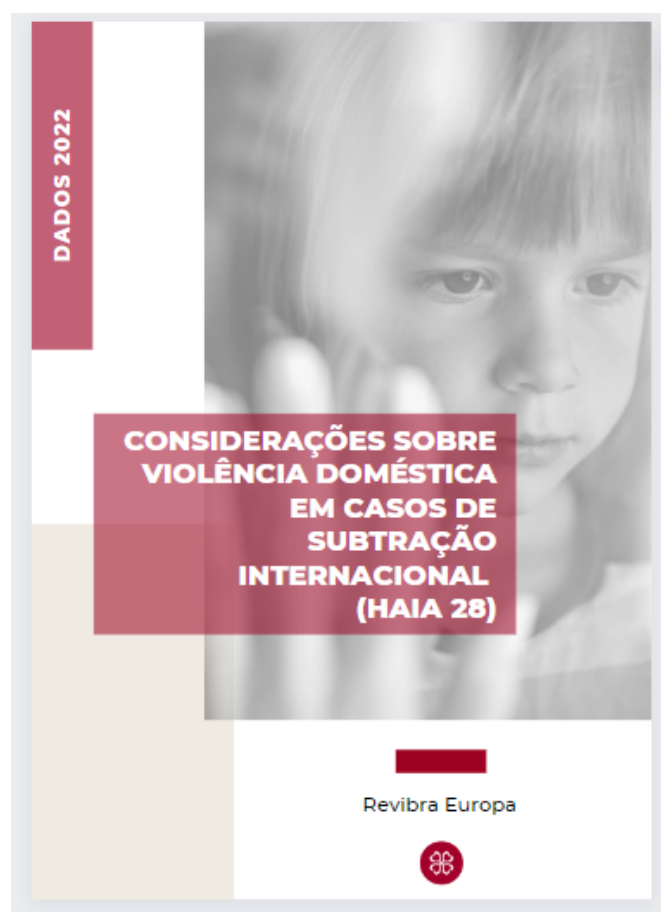
Para as mulheres brasileiras migrantes esta revivificação ocorre quando vítimas de violência ou abusos são **desacreditadas desde o atendimento da polícia até às sentenças judiciais. Então como documentar?**

O Justice gap pode ocorrer em três fases (isoladas ou combinadas):

- 1) no momento da **abertura da ocorrência** ou do inquérito;
- 2) no momento das **investigações e do apoio às vítimas** de violência ou abusos;
- 3) no momento das **decisões judiciais** pelos peritos, promotores ou juízes

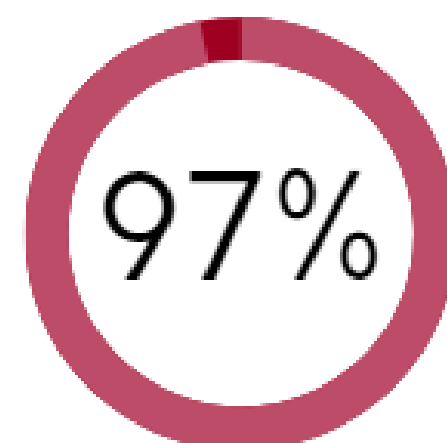






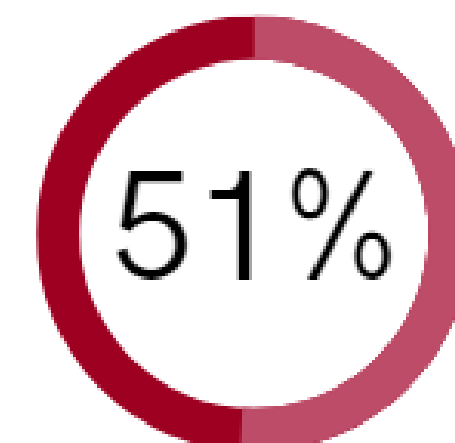
### Violência psicológica

Xingamentos, ameaça de corte de contato entre mães e filhos, manipulações e torturas emocionais



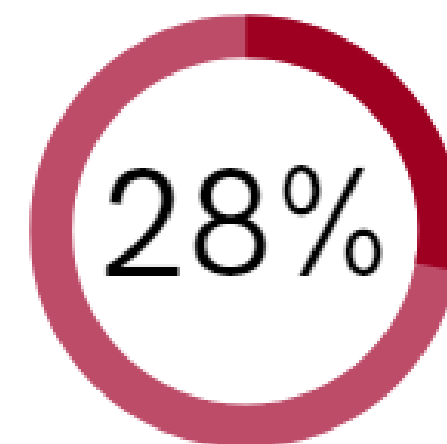
### Violência administrativa

Controle ao visto de reunião familiar, esconder passaportes e documentos, controlar contratos bancários e de aluguel



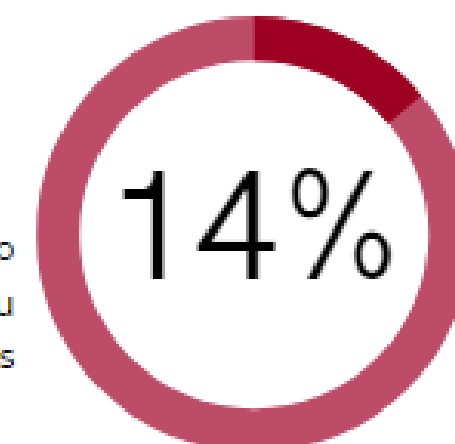
### Violência física

Agressões, cárcere privado, ameaças e tentativa de feminicídio e infanticídio



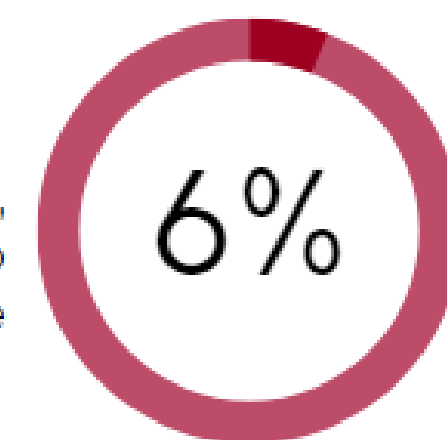
### Violência financeira

Controle do dinheiro do casal, controle do salário ou rendimentos, de benefícios sociais para as crianças, estelionato e abandono financeiro para a criação dos filhos, especialmente tratamentos médicos.

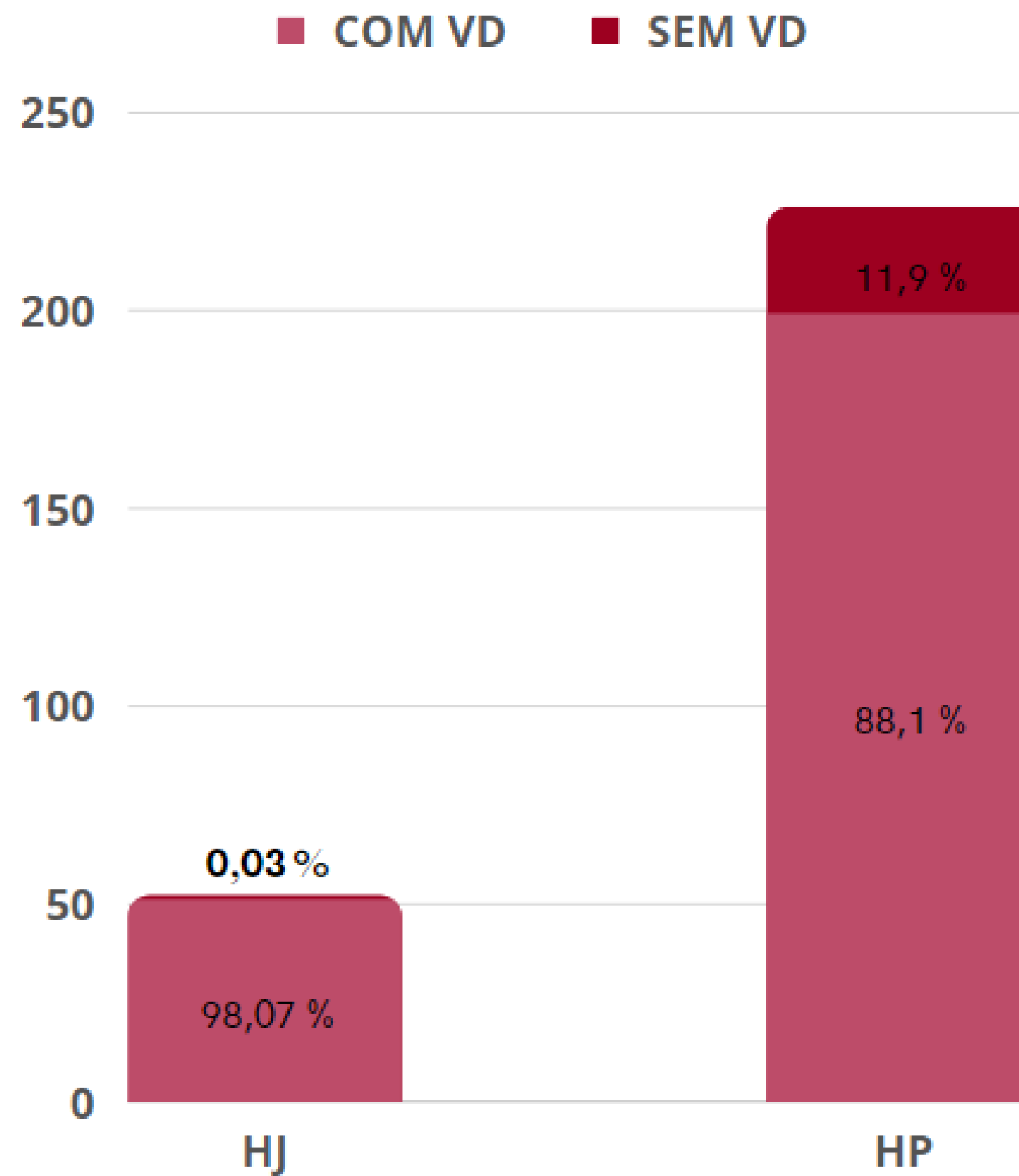
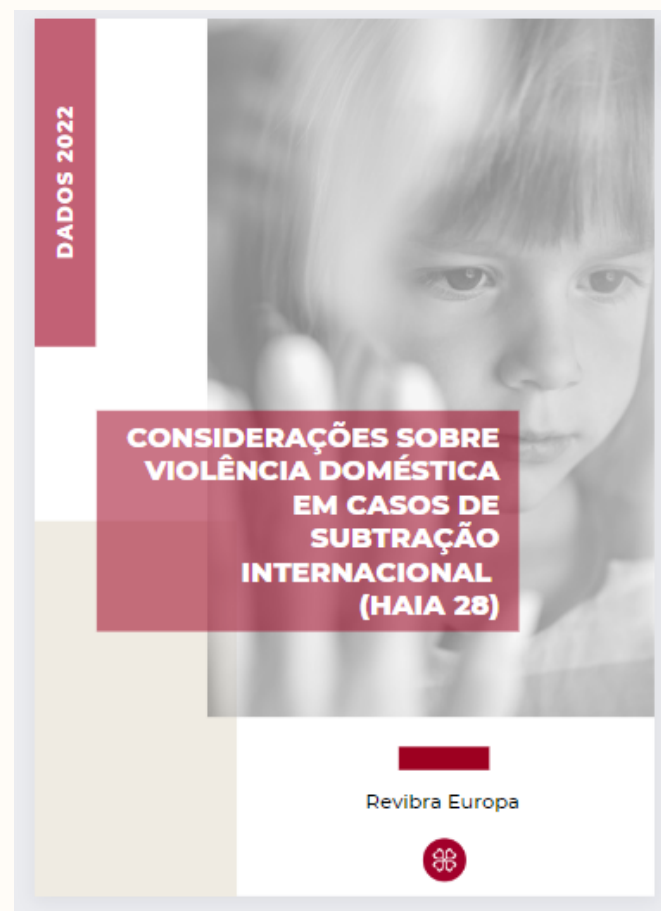


### Violência sexual

Importunação sexual, exploração sexual, agressão sexual, cyberevenge e estupro.



Fonte: Revibra Europa



Fonte: Revibra Europa



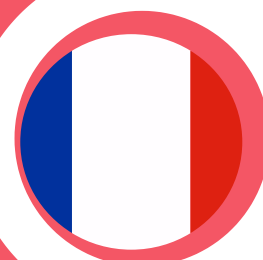
**Espanha: Multa entre 750 e 7.000 euros + pena privativa de liberdade até 12 meses**



**Bélgica: Interdição de saída de território + pena privativa de liberdade até 12 meses**



**Itália: Multa até 10.000 euros + pena privativa de liberdade até 12 meses**



**França: Interdição de saída de território + multa pecuniária 700 euros/dia + pena privativa de liberdade até 12 meses**